

PARECER JURÍDICO

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise da necessidade e legalidade da contratação da Associação Mineira de Municípios (AMM) para a realização de publicações oficiais do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica (CIMMVI) em seu diário oficial. A questão surgiu diante da negativa da AMM em permitir que as publicações do consórcio fossem realizadas por intermédio do município de Divinópolis, o qual possui o maior número de habitantes entre os entes consorciados (conforme comunicações em anexo).

O presente parecer examinará os fundamentos legais e contratuais para tal contratação, a inexigibilidade de licitação para a hipótese e a conformidade da despesa com os princípios da administração pública.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. Obrigatoriedade das Publicações Oficiais

A legislação aplicável estabelece a necessidade de publicação de editais de licitação e atos administrativos em veículos de ampla divulgação. O art. 54 da Lei n. 14.133/2021 dispõe que:

A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Ainda, seu § 1º determina a obrigatoriedade da publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, **no caso de consórcio público, no ente de maior nível entre eles**, bem como em jornal diário de grande circulação.

2. Determinações Específicas do Estatuto do CIMMVI e do Contrato de Consórcio

O Estatuto do CIMMVI e o Contrato de Consórcio reforçam a exigência de publicação das licitações e demais atos administrativos relevantes. O art. 62 do Estatuto do CIMMVI dispõe que:

As contratações do Consórcio obedecerão às leis gerais de licitações e contratos administrativos.

Além disso, seu § 2º estabelece que:

Todos os editais de licitação deverão ser publicados na sede do CIMMVI e na imprensa oficial, salvo no caso de convite.

No mesmo sentido, a Cláusula Trigésima Segunda do Contrato de Consórcio CIMMVI dispõe:

O Protocolo de Intenções, o Contrato de Consórcio e suas alterações **deverão ser publicados na imprensa oficial do município com maior número de habitantes entre os consorciados.**

O Artigo 79 do Estatuto do CIMMVI reforça esta disposição:

O presente Estatuto vigorará a partir de sua publicação no site do CIMMVI e na **imprensa oficial do município de maior número de habitantes** entre os entes consorciados.

3. Impossibilidade de Publicação via Município de Maior Número de Habitantes

A negativa formal da AMM quanto à possibilidade de o Consórcio realizar suas publicações oficiais por intermédio do município de Divinópolis impõe a

necessidade de buscar alternativa que atenda às exigências normativas. Diante desse cenário, verifica-se que a AMM é a entidade competente para realizar as publicações necessárias, visto que administra um diário oficial com validade reconhecida.

4. Inexigibilidade de Licitação

A contratação direta, sem a realização de licitação, para a execução do serviço de publicação dos atos oficiais do CIMMVI no Diário Oficial da AMM, encontra respaldo nos dispositivos normativos vigentes e na doutrina que rege a matéria. A Lei n. 14.133/2021, que estabelece o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, em seu artigo 74, disciplina os casos de inexigibilidade de licitação, dispondo que:

É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de [...]

A redação do dispositivo emprega a expressão “**em especial**”, o que revela a intenção do legislador de não restringir os casos de inexigibilidade a um rol taxativo, mas sim de estabelecer um elenco meramente exemplificativo de hipóteses em que a concorrência entre eventuais fornecedores se torna inviável. Dessa forma, é possível concluir que a norma admite outras situações além das expressamente indicadas, desde que se comprove a inviabilidade de competição no caso concreto.

No presente contexto, verifica-se que há efetiva inviabilidade de competição, pois o serviço de publicação dos atos administrativos do CIMMVI deve obrigatoriamente ocorrer em um Diário Oficial que atenda aos critérios estabelecidos pela legislação e pelo próprio contrato de consórcio. De acordo com o Estatuto e o Contrato de Consórcio do CIMMVI, os atos administrativos do consórcio devem ser publicados no Diário Oficial do município com maior

número de habitantes entre os consorciados, o que, por sua vez, recai sobre o Município de Divinópolis/MG.

Entretanto, diante da negativa da AMM quanto à possibilidade de publicação por intermédio do Município de Divinópolis, tornou-se necessário buscar uma solução que atendesse às exigências normativas. A única alternativa viável dentro do ordenamento jurídico é a contratação direta da AMM para a realização das publicações no Diário Oficial sob sua administração, pois essa entidade é a única que pode garantir a conformidade com as disposições legais e estatutárias do CIMMVI.

Além disso, é importante ressaltar que a prestação desse tipo de serviço possui características técnicas e normativas específicas, que inviabilizam a concorrência ampla. A publicação oficial de atos administrativos não pode ser realizada por qualquer veículo de comunicação, mas sim apenas por um órgão oficial de imprensa pública que possua reconhecimento e validade legal para esse fim. Sendo a AMM a única entidade responsável pela administração do Diário Oficial capaz de atender às exigências normativas do consórcio, resta configurada a inexigibilidade de licitação, conforme previsto no artigo 74 da Lei n. 14.133/2021.

Ademais, o próprio Tribunal de Contas da União (TCU), em diversas manifestações, já consolidou entendimento no sentido de que a singularidade do objeto e a impossibilidade de competição são critérios fundamentais para o reconhecimento da inexigibilidade de licitação. No caso em questão, não há outro ente ou instituição que possa oferecer o serviço requerido com a mesma legitimidade e conformidade normativa que a AMM, reforçando a necessidade da contratação direta.

Outro ponto relevante a ser destacado é a economicidade da contratação direta em comparação com outras possíveis soluções. A AMM já dispõe da estrutura necessária para a execução do serviço e, por tratar-se de uma entidade que

atua no interesse dos municípios, os custos para a publicação são significativamente inferiores aos praticados por diários oficiais mantidos por entidades federais e estaduais, conforme documento de estimativa de despesa. Assim, além da justificativa legal, há também forte argumento sob o prisma da gestão eficiente dos recursos públicos, evitando-se gastos desnecessários e garantindo o atendimento às exigências legais de forma célere e eficaz.

Portanto, a contratação direta da AMM para a realização das publicações do CIMMVI não só se encontra plenamente respaldada na legislação vigente, como também se apresenta como a solução mais adequada sob os princípios da eficiência, da economicidade e da segurança jurídica.

5. Razoabilidade dos Preços e Adequação Orçamentária

A tabela apresentada evidencia a grande flutuação dos preços no elemento de despesa correspondente à edição e impressão em diários oficiais. A proposta apresentada pela AMM revela-se compatível com os preços praticados por entes públicos, garantindo a economicidade e a razoabilidade da contratação.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que:

1. A publicação dos atos administrativos do CIMMVI no Diário Oficial é obrigatória e deve ocorrer no ente de maior nível entre os consorciados, conforme determinado pela legislação federal, pelo Estatuto e pelo Contrato de Consórcio.
2. A negativa da AMM quanto à possibilidade de publicação via município de Divinópolis impõe a necessidade de contratação direta do serviço de publicação por meio da própria AMM, dado ser este o meio oficial de publicação do Município de Divinópolis.
3. Há, assim, diante da determinação legal, inviabilidade de competição, tornando inexigível a licitação para a contratação do serviço de

publicação oficial pela AMM, nos termos do art. 74 da Lei n. 14.133/2021.

4. A contratação direta da AMM se mostra a solução juridicamente adequada e economicamente razoável para atender à exigência de publicidade dos atos do CIMMVI.

Assim, recomenda-se a formalização da contratação direta da AMM para a publicação dos atos oficiais do CIMMVI, nos moldes da legislação vigente.

É o parecer, s.m.j.

Divinópolis, 11 de fevereiro de 2025



Documento assinado digitalmente
EDUARDO ARAUJO FREITAS
Data: 13/02/2025 12:24:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Eduardo Araújo Freitas
Assessor Jurídico
OAB.MG 232.651